

Termo de Referência 299/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
299/2024	988841-PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA/RS	JULIANA BARBOSA PINTO	23/07/2024 08:57 (v 4.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		299

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de guindaste articulado, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNID.DE MEDIDA	QUANT.	VALOR TOTAL
1	GUINDASTE ARTICULADO HIDRÁULICO VEICULAR , MODELO “CANIHVETE” a ser instalado na parte traseira da carroceria do caminhão com no mínimo cinco lanças hidráulicas (mínimo 15 metros), mínimo duas lanças manuais, (extensão mínima das lanças hidráulicas 15 metros), momento de carga mínimo de 18.000 kg, giro mínimo de 360 graus, tomada de força, bomba hidráulica, reservatório hidráulico, estrutura produzida em aço de alta resistência Strenx 700, dotado de válvula de segurança em todos os cilindros hidráulicos. dois estabilizadores hidráulicos com extensão hidráulica, dois estabilizadores auxiliares com extensão hidráulica simples, cesto aéreo com NR12 (Limitador de momento de carga, radio controle, indicação de nivele cesto aéreo · com liner isolamento 1000 V, para 1 pessoa), garra florestal 0,20m ² com acionamento manual por alavanca ou rádio, preparação hidráulica para ferramenta tipo "garra", reservatório (guindaste), garfo palleterio. Pintura com tinta automotiva na cor laranja sobre fundo epóxi aplicado sobre jato de granalha padrão S.A 2.5. Reforço de sobre chassi integral. O caminhão que será instalado o equipamento é um Volkswagen modelo 13.180 CNM, ano 2010, RENA VAN 326478477, PLACA IRX1D62, chassi 953467236BR122999,. De acordo com normas do DETRAN/RS e INMETRO para posterior regularização de carroceria. Este equipamento deverá ser instalado e ter	604242	unidade	01	R\$265.256,00

	no mínimo 01 (um) ano de garantia total a contar da instalação. Todo o equipamento deverá estar em conformidade com a NR-12. A empresa deverá fornecer treinamento gratuito de operacionalização do equipamento. (cabine, caçamba, guindaste), Fabricação dentro do Estado e assistência técnica de até 100km de distancia, caso a assistência técnica seja em uma distância superior, o custo de transporte fica a cargo da proponente como consta no item 4.1.1 do ETP. Fornecer o Certificado de Adequação a Legislação de Trânsito (CAT).				
--	---	--	--	--	--

- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNID.DE MEDIDA	QUANT.
1	GUINDASTE ARTICULADO HIDRÁULICO VEICULAR , MODELO “CANIIVETE” a ser instalado na parte traseira da carroceria do caminhão com no mínimo cinco lanças hidráulicas (mínimo 15 metros), mínimo duas lanças manuais, (extensão mínima das lanças hidráulicas 15 metros), momento de carga mínimo de 18.000 kg, giro mínimo de 360 graus, tomada de	604242	unidade	01

	<p>força, bomba hidráulica, reservatório hidráulico, estrutura produzida em aço de alta resistência Strenx 700, dotado de válvula de segurança em todos os cilindros hidráulicos. dois estabilizadores hidráulicos com extensão hidráulica, dois estabilizadores auxiliares com extensão hidráulica simples, cesto aéreo com NR12 (Limitador de momento de carga, radio controle, indicação de nível cesto aéreo - com liner isolamento 1000 V, para 1 pessoa), garra florestal 0,20m² com acionamento manual por alavanca ou rádio, preparação hidráulica para ferramenta tipo "garra", reservatório (guindaste), garfo palleterio. Pintura com tinta automotiva na cor laranja sobre fundo epóxi aplicado sobre jato de granalha padrão S.A 2.5. Reforço de sobre chassi integral. O caminhão que será instalado o equipamento é um Volkswagen modelo 13.180 CNM, ano 2010, RENAVAL 326478477, PLACA IRX1D62, chassi 953467236BR122999,. De acordo com normas do DETRAN/RS e INMETRO para posterior regularização de carroceria. Este equipamento deverá ser instalado e ter no mínimo 01 (um) ano de garantia total a contar da instalação. Todo o equipamento deverá estar em conformidade com a NR-12. A empresa deverá fornecer treinamento gratuito de operacionalização do equipamento. (cabine, caçamba, guindaste), Fabricação dentro do Estado e assistência técnica de até 100km de distancia, caso a assistência técnica seja em uma distância superior, o custo de transporte fica a cargo da proponente como consta no item 4.1.1 do ETP. . Fornecer o Certificado de Adequação a Legislação de Trânsito (CAT).</p>			
--	---	--	--	--

4.1. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 90 (noventa) dias, contados do recebimento da nota de empenho, em remessa única.

5.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 30 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.4. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: O veículo deverá ser retirado e entregue na Sede da Superintendência da Defesa Civil Municipal situada à Avenida Pedro Cezar Saccol, 605 (eixo secundário 8), no Parque Industrial e Tecnológico, ao lado do Tecnoparque - Santa Maria - RS.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.7. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de entrega do veículo com equipamento devidamente instalado.

5.10. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.11. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.12. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.13. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.14. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.15. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.16. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.17. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.18. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.19. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI](#));

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

6.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

Gestor do Contrato

6.10. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV](#)).

6.11. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#)).

6.12. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III](#)).

6.13. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII](#)).

6.14. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X](#)).

6.15. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.16. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em 30 (trinta) dias a contar do recebimento da nota fiscal na secretaria de finanças. O pagamento será creditado em conta corrente da empresa, devendo para isto ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito no momento de oferecimento da proposta.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será integral.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor> ;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.12. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

8.13. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

8.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.21. Prova de regularidade com a Fazenda *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.24. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

8.25. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

8.26. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.26.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.26.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.26.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.26.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 265.256,00

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$265.256,00 (duzentos e sessenta e cinco mil e duzentos e cinquenta e seis reais), conforme custos unitários apostos na tabela do anexo I.

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento, os quais serão informados no momento da solicitação de aquisição.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JULIANA BARBOSA PINTO

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 23/07/2024 às 08:57:59.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - MEMORIA DE CALCULO GUINDASTE.pdf (132.32 KB)

Anexo I - MEMORIA DE CALCULO GUINDASTE.pdf

MEMÓRIA DE CÁLCULO GUINDASTE

PESQUISA DE PREÇOS DE FORNECEDORES EFETUADA PELA SERVIDORA JULIANA BARBOSA/GP				FORNECEDORES – GP			BANCO DE PREÇOS SUCOL	Mediana de Preço - R\$	
				VERSATIL	TKA GUINDASTES	SALETE	LICITAÇÃO 1017701 – SANESUL	Unitária	Total
CATMAT	Unid	Qtde	Descrição	Preço Unitário	Preço Unitário	Preço Unitário	Preço Unitário		
604242	Unid	1	GUINDASTE ARTICULADO HIDRÁULICO- CONFORME TR	R\$ 265.256,00	R\$ 285.000,00	R\$ 349.295,00	R\$ 186.600,00	R\$ 265.256,00	R\$ 265.256,00
TOTAL								R\$ 265.256,00	

PESQUISA EFETUADA: FORNECEDORES E BANCO DE PREÇOS

	Fontes Pesquisadas	ENDEREÇO	CONTATO	CNPJ
1	VERSÁTIL IMPLEMENTOS RODOVIARIOS LTDA	RS 135, KM 74, SANTO ANTÔNIO, ERECHIM/RS – COMERCIAL@VERSATILIMPLEMENTOS.COM.BR	(54) 35228660	190356450001-98
2	TKA GUINDASTES INDUSTRIA E COMÉRCIO	RS 122, KM 92 – SÃO CRISTÓVÃO, CX POSTAL 06, FLORES DA CUNHA/RS – ATENDIMENTO@TKACRANES.COM	(54)320230000/ 981610000	093323140001-66
3	SALETE CARDOSO VEDOVOTTO ME	RUA FREDY GERMANO, 149, BAIRRO JK, SANTA MARIA-RS	(55) 3212–5226/ 9 9144-4874	931801560001-82
4	LICITAÇÃO 1017701 – MODALIDADE LRE – EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S/A – HOMOLOGAÇÃO 10/10/2023			

OBSERVAÇÕES

FOI DESCONSIDERADO O ORÇAMENTO DO FORNECEDOR SALETE POR ESTAR ACIMA DA MÉDIA GERAL.

PESQUISA EFETUADA EM EQUIPAMENTOS SIMILARES, BUSCANDO AS CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS MAIS PRÓXIMAS AO SOLICITADO, INCLUINDO ASSIM, PESQUISAS PÚBLICAS CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. SENDO EFETUADA A OPÇÃO PELO PREÇO DE REFERÊNCIA A MEDIANA.

PESQUISA DE PREÇOS PÚBLICOS EFETUADA PELA SERVIDORA VANESSA LAVALL – MATRÍCULA 15808-9 (SUCOL/SMF) – SANTA MARIA 18 DE JUNHO DE 2024